

## **GEOGRAFIAS E POVOS INDÍGENAS NO SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA – SINGA**

Emerson Ferreira Guerra <sup>1</sup>  
Lucas Rocha Barbosa <sup>2</sup>

### **Resumo**

Há um intenso conflito fundiário que se desdobra em reivindicações e retomadas territoriais no que tange as demarcações de Terras Indígenas no Brasil, bem como de luta e manutenção de direitos junto ao Estado, que vêm sendo seriamente ameaçados por setores conservadores e anti-indígenas da sociedade e por diversos empreendimentos econômicos. Se há uma vasta produção sobre temas envolvendo povos indígenas em campos disciplinares como a Antropologia, a História, a Linguística e outros, essa produção na Geografia é relativamente recente, mas vem aumentando nas últimas duas décadas. Todavia essa vertente da produção geográfica é pouco conhecida no Brasil, inclusive pelos próprios geógrafos. Nesse contexto, este trabalho analisa a crescente contribuição de geógrafos brasileiros na produção de conhecimento sobre a temática indígena.

**Palavras-chave:** povos indígenas; produção geográfica; Simpósio Internacional de Geografia Agrária

### **INTRODUÇÃO**

Este trabalho resulta de um projeto desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa sobre Geografias e Povos Indígenas – GeoPovos, com apoio de uma bolsa de pesquisa do Programa de Iniciação Científica da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - PROIC/UFRRJ, no período de 01/08/2015 até 01/08/2016. Esse projeto se insere em uma linha de pesquisa do referido grupo que é a análise da produção geográfica na temática indígena em eventos científicos da geografia brasileira. A produção de geógrafos no Brasil com enfoque em temas envolvendo povos e terras indígenas vêm crescendo nas últimas décadas, porém de uma forma dispersa. A literatura mais conhecida sobre questões indígenas geralmente é proveniente de outros campos disciplinares como a antropologia, história, sociologia e outras. Todavia, o enfoque da geografia pautado em processos sócio-espaciais, por meio de seus conceitos de referência, abre possibilidades de análise bastante interessantes. Acreditamos que um melhor conhecimento da produção geográfica sobre povos indígenas no Brasil, pode ser de grande valia tanto para estudantes e pesquisadores, como para professores de geografia. Por esse motivo o GeoPovos disponibilizará, progressivamente, os resultados alcançados por essa linha de pesquisa para que sejam compartilhados com a comunidade acadêmica interessada nessa área.

---

<sup>1</sup>Professor Doutor no curso de Geografia da UFRRJ-IM - roptyc@gmail.com

<sup>2</sup>Estudante do curso de Licenciatura em Geografia da UFRRJ-IM. – lucas.ufrj23@gmail.com

Esse trabalho é uma versão revisada de um texto apresentado no XVI EGAL - Encuentro de Geógrafos de América Latina, que aconteceu em La Paz - Bolívia. Ressaltamos que optamos por reapresentá-lo nesse momento, justamente por essa pesquisa ter sido realizada no âmbito do SINGA e por isso consideramos a relevância de poder debatê-la no espaço desse evento. Outra questão importante é que essa edição do SINGA abre, pela primeira vez, um GT completamente dedicado a trabalhos que dissertam sobre temáticas indígenas, sendo uma ação pioneira em congressos de geografia desse porte no Brasil. Pois o que observamos com relação aos eventos de geografia no Brasil que nossas pesquisas têm acompanhado, é que estes, geralmente, separam os artigos e estudos em eixos temáticos que acabam distanciando estudos relevantes e que tem propósitos parecidos por falta de um eixo mais específico. Com o aumento da produção sobre temáticas indígenas pelos geógrafos brasileiros, destacamos a necessidade de uma maior convergência entre os estudos dessa área, aproximando trabalhos e autores que acabam não encontrando condições ideais para seus debates.

Sobre a importância das contribuições da geografia para os estudos sobre questões indígenas, apoiamos-nos nas reflexões de Gupta e Ferguson (2000) quando mencionam que tem havido na teoria antropológica pouca consciência da questão do espaço. Estes autores afirmam que as representações do espaço nas ciências sociais dependem de imagens de rompimento, ruptura e disjunção e que a distinção entre sociedades, nações e culturas têm por base uma divisão do espaço aparentemente não problemática por ocuparem espaços naturalmente descontínuos a partir de onde se teorizam o contato, o conflito e a contradição entre culturas e sociedades (2000:32). Defendem que os territórios geográficos ocupados por culturas e sociedades não precisam ser nações, a exemplo de áreas culturais que recobrem vários Estados Nações ou sobre nações multiculturais. Estaria pressuposto a associação entre grupos culturalmente unitários e seus territórios. Mas de forma geral o espaço torna-se uma grade neutra onde inscreve-se a diferença cultural, a memória histórica e a organização social. A crítica feita por Gupta e Ferguson a esta visão condiz com o fato de que, nesta perspectiva, o espaço funcionaria como um princípio organizador central nas ciências sociais, concomitantemente ao seu desaparecimento na esfera de ação analítica.

Este trabalho tem como objetivo geral pesquisar e coletar textos e artigos produzidos por geógrafos no Brasil sobre questões indígenas nas últimas décadas e em congressos dessa área. A partir da delimitação desse campo específico da produção geográfica, poder analisar sob quais

conceitos e perspectivas teóricas e metodológicas a geografia brasileira vem tratando esses temas.

Podemos pontuar, a partir dessas questões mais amplas, alguns objetivos específicos descritos a seguir:

- O primeiro deles é realizar um levantamento e compor um banco de dados com artigos, identificados e selecionados pela pesquisa, produzidos por geógrafos sobre temas indígenas.
- Fazer uma análise crítica dos textos identificando onde eles se inserem numa discussão epistemologia da geografia bem como o que podem trazer de contribuição ou mesmo de inovação na produção de conhecimento e pluralização da agenda temática da geografia.
- Identificar os autores que dedicam suas pesquisas à essa temática também é um dos nossos objetivos, visto que muitos alunos da graduação não dispõem de muitas referências ou opções de autores com que trabalhar. Nesse sentido, a pesquisa ganha caráter de organização da produção e disponibilização dos seus resultados à própria comunidade acadêmica.

Desejamos ter como desdobramento posterior dessa pesquisa, a partir do material coletado e analisado, uma reflexão sobre como ela pode subsidiar e auxiliar a atuação de professores de geografia, diante da indisponibilidade de referências para trabalhar com temas indígenas em sala de aula, em consonância com a atual legislação que prevê a inserção desses temas nos currículos escolares.

A linha de pesquisa na qual se insere esse projeto tem como principal objetivo o levantamento bibliográfico sobre a temática indígena nos anais de eventos, revistas e periódicos da ciência geográfica, nos últimos dez anos. Na primeira etapa do projeto foi analisado um dos principais eventos de geografia, Encontro Nacional de Geografia, organizado pela AGB (Associação dos Geógrafos Brasileiros), que ocorre de dois em dois anos, em diferentes localidades do Brasil. A cada dez anos o evento deixa de ser um encontro de geógrafos para se tornar em um Congresso Brasileiro de Geógrafos (CBG), mas sendo em estrutura, o mesmo evento.

A segunda etapa da pesquisa realizou o levantamento de artigos publicados no Simpósio Internacional de Geografia Agrária - SINGA. Assim, começamos a atividade do que chamamos de “garimpo”, que é a coleta de dados do SINGA de 2005, ocorrido em Presidente Prudente.

A metodologia para a coleta de dados foi o download dos anais dos eventos nos sites que foram criados para a divulgação do mesmo e a procura, de artigo em artigo, pelos textos que tivessem ligação ao assunto discutido na pesquisa. No entanto, nem todos os anais dos eventos foram encontrados nos sites de divulgação, principalmente os eventos mais antigos cuja aquisição dos artigos publicados só foi possível através de contato com pessoas que estiveram presentes nos eventos e possuíam um CD com o material. Outras edições do evento só foram possíveis de adquirir os anais com a busca do contato dos integrantes das comissões organizadoras e contatá-los através, por exemplo, do Currículo Lattes. Em outros momentos, foi necessário buscar grupos e páginas sobre geografia agrária na rede social *facebook* para encontrar pessoas que estiveram presentes no evento que se pretendia conseguir os anais. Foram analisados cinco edições do evento SINGA, que acontece de dois em dois anos (2005 – 2013).

Por complicações técnicas da organização do SINGA 2015, os anais não foram divulgados dentro do prazo de análise dos materiais publicados. Foram analisados ao todo 2.562 (dois mil quinhentos e sessenta e dois) artigos e foram encontrados 48 (quarenta e oito) artigos de interesse da pesquisa, tendo sido observado um crescimento de publicações de artigos com temáticas indígenas ao longo das edições do evento (*gráfico 1*). Os artigos de interesse do projeto passam por uma análise na qual são extraídas algumas informações importantes que constam em uma ficha produzida por nós no início das reuniões semanais, para debate da pesquisa. São essas informações: Nome do autor, formação, nome do orientador, instituição onde o artigo foi produzido, ano do evento, eixo temático em que foi colocado no evento, povo/etnia trabalhado no artigo, conceitos ligados à geografia trabalhados no artigo e subáreas da geografia que o texto possa estar ligado.

<b>Título</b>	A TERRITORIALIZAÇÃO PRECÁRIA GUARANI, KAIOWA E TERENA NA RESERVA INDÍGENA DE DOURADOS/MS: OCORRÊNCIAS DE SUICÍDIOS E ASSASSINATOS
<b>Autor</b>	Juliana Grasiéli Bueno Mota
<b>Formação</b>	Mestre
<b>Orientador (a)</b>	
<b>Instituição</b>	UFGD
<b>Ano</b>	2011
<b>Evento</b>	V SINGA
<b>Eixo Temático</b>	
<b>Povo/Etnia Trabalhada</b>	Guarani; Kalowá e Terena
<b>Conceitos trabalhados</b>	Reterritorialização; desrreterritorialização
<b>Conceito e Autor Citado</b>	Territorialização precária / Haesbeart
<b>Subáreas da Geografia</b>	Geografia agrária

Após a leitura e levantamento desses dados, é feito um pequeno resumo, de um parágrafo, sobre pontos importantes do texto que sejam relevantes para a pesquisa ou para pesquisas futuras. Esses parágrafos, onde constam informações particulares dos artigos, foram primordiais nas análises qualitativas, que consistiram numa análise comparativa dos artigos inseridos numa mesma grande área da geografia a fim de compreender as diferentes abordagens realizadas. Foi realizado novo “garimpo” no mesmo evento, para que não haja textos que tenham passado despercebidos.

A partir de uma análise quantitativa foi possível identificar que a produção geográfica sobre a temática se encontra mais expressiva na região sudeste, seguida do norte e nordeste, tendo como região brasileira menos expressiva, o sul (*gráfico 2*). Não foram encontrados artigos publicados por instituições internacionais.

O banco de dados contendo todas as fichas de análise dos textos e os textos disponíveis em pdf estão disponíveis com o grupo GEOPOVOS, podendo ser solicitado por estudantes ou outros profissionais que necessitem. Estamos buscando uma forma de desenvolver uma plataforma online para que o trabalho e os artigos fiquem disponíveis para facilitar o acesso.

Foram analisadas, ainda, a formação dos autores dos artigos de temática indígena, a fim de identificar se o interesse sobre o estudo da área indígena se inicia na graduação e, se sim, se é levado adiante pelo profissional nas próximas etapas de sua vida acadêmica. Como podemos observar (*gráfico 3*), há mais expressivamente a produção de artigos de temática indígena entre os graduandos e graduados. O gráfico apresenta a divisão entre os títulos acadêmicos e foram considerados os títulos já conquistados pelo autor no momento da publicação do artigo. Assim sendo, foram considerados “graduados” os alunos que

completaram sua graduação ou com mestrado não concluído. Foram considerados “Mestres” aqueles com mestrado concluído ou com doutorado em andamento, e assim sucessivamente.

No gráfico 1 podemos perceber um aumento expressivo dos trabalhos sobre questões indígenas entre os anos de 2005 e 2013 no SINGA. Nesse período os trabalhos triplicaram saindo de cinco no primeiro evento analisado e chegando à mais de 15 no último evento do período em questão. No gráfico 2 é possível visualizar a distribuição dos artigos por região onde foram produzidos. Entre 2007 e 2013 há uma expressiva concentração de artigos produzidos na região sudeste com um pico no ano de 2009. Já no ano de 2013 há um pico notável de artigos produzidos na região nordeste. Este fato pode ser associado ao fato do evento ter acontecido nesse ano em João Pessoa, que é uma das capitais dessa região. Trabalhos da região norte apareceram nos anos de 2005, 2011 e 2013 e tendo uma notável participação em 2011. Os trabalhos provenientes do centro oeste aparecem nos eventos de forma bem distribuída, mas da região sul aparece apenas um trabalho no ano de 2013. No mapa 1 podemos visualizar a distribuição espacial desse trabalhos por suas regiões de produção.



Gráfico 1.

Fonte: pesquisa direta - 2016



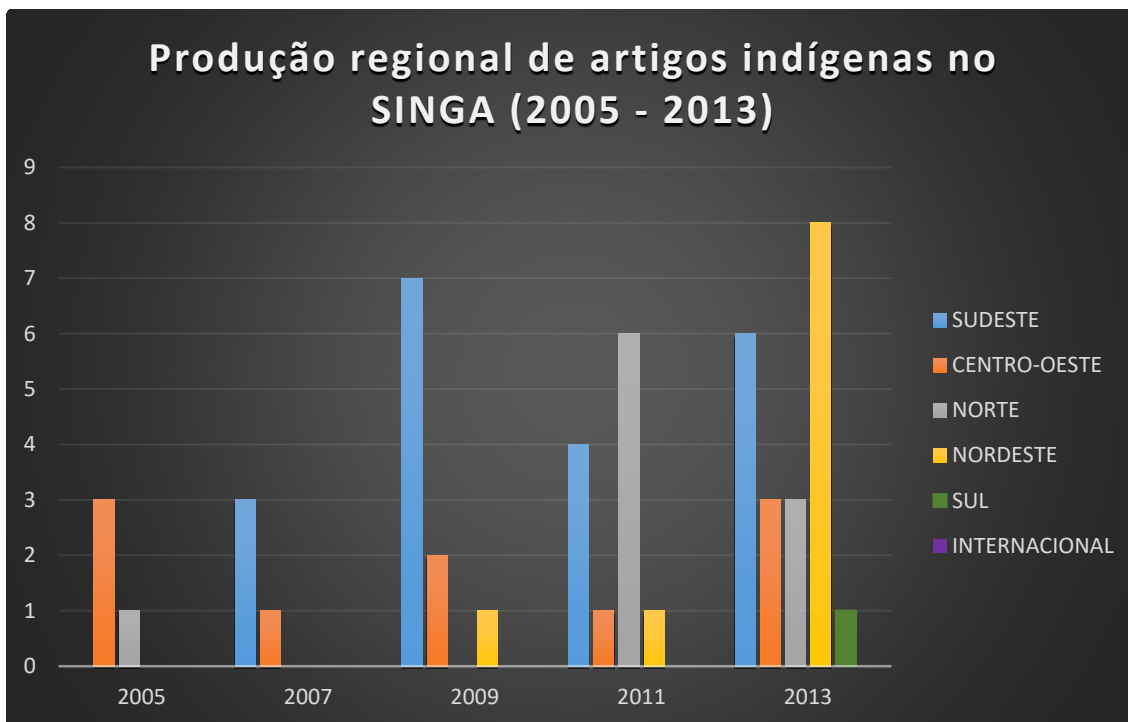


Gráfico 2. Fonte: pesquisa direta - 2016

**Distribuição espacial da produção de artigos com temática indígena publicados no SINGA (2005 - 2013)**



Mapa 1

Fonte: pesquisa direta – 2016

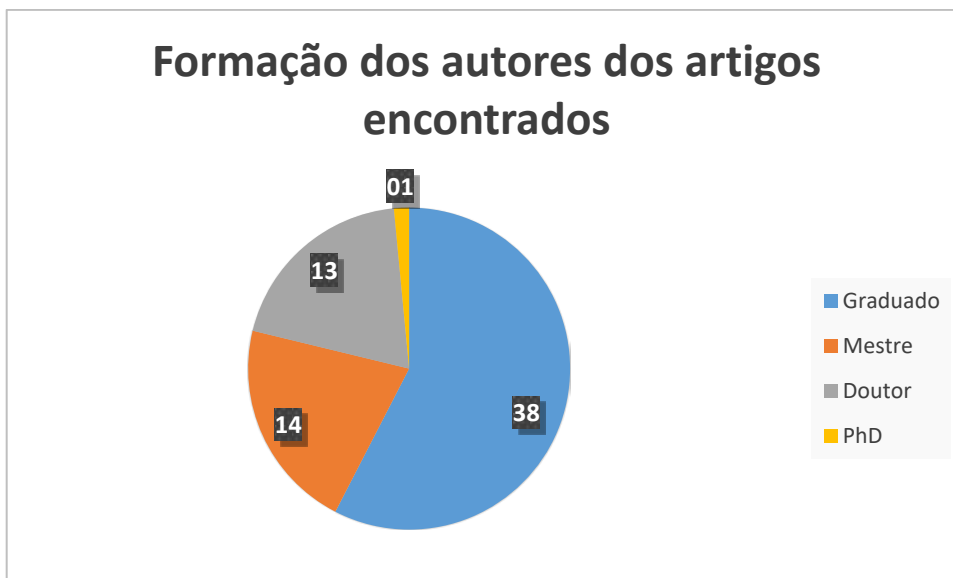


Gráfico 3.

Fonte: pesquisa direta - 2016

No que tange as etnias abordadas nos artigos analisados, e o número de artigos falando sobre esses povos, identificamos: Ofaié (1), Karajá (2), Paresí (1), Krahô (1), Krikati (1), Waimiri Atroari (1), Baníwa (1), Tapuio (1), Kaingang (1), Jaminawa (1), Kalapalo (1), Kaiowá (3), Pankararé (1), Xavante (2), Guarani (3), Terena (1), Ikolen (1), Palikur (1), Tembé (2), Makuxí (1), Waiwai (2), Pataxó (1), Guajá (1), També (1), Ka'apor (1), Xucuru – Kariri (1), Pankará (1), Bororo (1), Akwe – Xerente (2), Truká – Tupan (1), Potiguará (1). Além

Nossa análise qualitativa consiste em realizarmos uma comparação entre os artigos que pertencem a uma determinada área buscando identificar elementos que os distinguem, explicitando as diferentes abordagens do mesmo conceito entre os artigos.

Iniciamos a nossa análise pela área da educação na qual foram identificados artigos que abordam sobre educação para indígenas, educação indígena, educação escolar indígena e educação do/no campo. Enquanto alguns autores tiveram como objeto de análise o docente, outros primaram por conceituar “educação indígena”. Houve ainda aqueles que tiveram como objeto a própria instituição responsável pela educação indígena, quando havia, como o trabalho intitulado “Etnografia da instituição responsável pela educação escolar indígena do Pará” de Irana Bruna Calixto Lisboa. As metodologias variaram entre análise teórica de



autores, pesquisa bibliográfica, sobre educação indígena e entrevistas em trabalhos de campo em casos de estudos de caso.

Foi observada uma diferença conceitual entre os artigos no que diz respeito à “educação do/no campo”. Enquanto uns compreenderam a educação indígena como pertencente à educação do/no campo, primando diferenciá-la apenas da educação escolar indígena, outros ressaltaram a desvinculação entre os conceitos. No primeiro caso, o autor considera que a educação do/no campo compreende a educação dos povos tradicionais de modo geral: quilombolas, ribeirinhos, indígenas, etc. No segundo caso, o autor esclarece que a educação indígena se difere para além de uma contraposição à educação da cidade, possuindo uma série de especificidades que a difere da educação do/no campo de maneira geral, ressaltando especificidades da educação indígena como, por exemplo, a preocupação em fomentar uma educação voltada para o apego à terra como local de reprodução cultural, como esclarece KNAPP (2009):

“A educação escolar diferenciada, não pode ser só diferenciada da “cidade”, existem inúmeras especificidades entre a educação escolar indígena e a educação escolar do campo. A terra tem uma importância fundamental para os dois grupos, que muitas vezes resultam em disputas desses grupos para com a sociedade envolvente. Contudo, o valor que a escola do campo deve abordar a terra está mais ligada a uma educação que trata da produção sustentável e manutenção da agricultura familiar, enquanto que a educação escolar indígena está mais preocupada em apoiar uma educação voltada para o apego à terra como local de representação da cultura.”

O trabalho de LISBOA e ASSIS (2011), no entanto, primou pela avaliação da instituição responsável pela educação escolar indígena. Para tanto, foi realizado um estudo sobre o histórico da educação indígena (comum aos artigos da área da educação) para, posteriormente, relatar as dificuldades enfrentadas na execução da educação escolar, como, por exemplo, a carência de recursos financeiros, formação de professores indígenas, currículo diferenciado, educação bilíngue e produção de material didático.

Dos artigos que permeiam a área da cartografia, conseguimos identificar algumas abordagens importantes de serem explicitadas. Dos artigos que se propuseram mapear terras indígenas, podemos identificar que houve utilização de técnicas de geoprocessamento, imagens de satélites, para uma representação gráfica proporcionada por ferramentas caras à cartografia a fim de explicitar áreas conflituosas, dimensões das TI's, etc. Por outro lado, identificamos artigos que se valeram da chamada cartografia social, que consiste num mapeamento participativo e que visa a instrumentalização dos povos tradicionais a fim de

atribuir-lhes autonomia em suas reivindicações por direitos territoriais e a emancipação de suas identidades coletivas. Para tanto, ALVES, CARNEIRO e SILVA (2013) realizaram um processo de alfabetização cartográfica e, concomitantemente à cartografia como forma de melhor compreender as práticas sociais e a natureza local, foram realizadas atividades de etnomapeamento.

“De uma ponta está a tecnologia e o conhecimento a cerca do abecedário da cartografia tradicional, necessário nesta troca de saberes; de outra, os conhecimentos tradicionais dessas comunidades, que se fazem o âmago da relação, pois, é através e a partir dele que se desenvolve a metodologia do nosso trabalho. O que fazemos é promover um encontro entre estas duas pontas, para que se qualifique e se multiplique os subsídios argumentativos a favor dos povos tradicionais em relação à afirmação de suas territorialidades e respectivos territórios.”

Como resultado, o autor sistematizou as informações colhidas no etnomapeamento e na vivência e criaram cartilhas contendo conhecimentos geográficos que compõem as conjunturas histórica, política, cultural e ambiental destas comunidades, a fim de devolver o conhecimento produzido para as mesmas.

No trabalho de BULCÃO (2013), em que foi trabalhada a cartografia social, a participação de tecnologias se mostrou mais presente. Os pesquisadores realizaram oficinas com técnicos cartógrafos, antropólogos, ambientalistas e a comunidade indígena (caçadores, pajés, anciãos, professores, agricultores, etc.). Os técnicos assumem o papel de ensiná-los a fazer um mapa e, em contrapartida, a comunidade contribuiu com as informações de uso da terra bem como suas localidades e dimensões. Podemos identificar, aqui, um aspecto em comum com o artigo citado anteriormente, ambos visam um empoderamento social na reivindicação de territórios nacionais, diferenciando entre si na metodologia e nas técnicas utilizadas, porém trabalham de forma sinérgica.

Quanto aos artigos cujo conceito principal é o território e pertencentes a área da geografia agrária, foi possível observarmos que, de modo geral, os artigos buscam compreender os processos de consolidação do território em questão. Em alguns casos, como no artigo de COELHO (2009), a expansão agrícola representou a territorialização do Estado na mesma medida em que representou a desterritorialização ou fragmentação do território da população tradicional.

Quando debatido o território na perspectiva dos indígenas, o autor ressalta as apropriações políticas, econômicas e simbólicas do espaço e confronta as diferentes concepções sobre um mesmo espaço. Quando deparados com processos verticais que impõem

a desterritorialização dessa população, segundo o autor, observam-se as adaptações e reconfigurações das dimensões da territorialidade indígena. A perda territorial impacta os padrões de ocupação social e o modo de vida de modo geral. Para SILVA (2009), as formas de gestão e manejo dos territórios são fluidas para os povos tradicionais, pois estes criam e recriam suas regras de acesso aos recursos naturais mediante delimitação das áreas, baseando-se, também, em um mapeamento simbólico do território.

No entanto, para MOTA (2011), as reservas indígenas não são pensadas para atender à reprodução do modo de vida dos indígenas que são ali territorializados com base em sua antiga organização socioterritorial por não atender às suas necessidades de acesso à rios, matas, etc., necessárias para a reprodução de seus costumes. Isso ilustra a territorialidade precária descrita por Haesbaert, utilizada pela autora. Esse conceito busca evidenciar características que justificam essa precariedade como, por exemplo, a territorialização de povos indígenas em reservas onde não há parentes que costumam/costumavam se relacionar, afetando, assim, a relação deste com o espaço. GUERRA (2007), por exemplo, aborda as dificuldades enfrentadas pelos Krahô no que tange a sua estrutura produtiva quando lhes foram impostos uma delimitação territorial que não atende às demandas culturais no que diz respeito à organização social e produtiva. Em alguns casos, como pontua MOTA (2011), a desterritorialização dos povos indígenas, e sua posterior reterritorialização, dadas as concepções que estes têm de seu território e a disputa deste com os não-índios, provoca trágicas consequências sociais para as comunidades como, suicídios e assassinatos.

Por vezes, medidas vistas como “extremas” são tomadas pelos indígenas quando deparados à violações de sua terra, como aborda RODRIGUES E TEMBÉ (2011) sobre as ameaças e invasões na terra indígena Alto Rio Guamá, que por falta de ação dos agentes responsáveis pela garantia de suas terras, os indígenas, sem consentimento de suas lideranças, mantiveram presos alguns agentes da FUNAI até que fossem tomadas medidas para sanar o problema das ameaças e invasões realizadas, principalmente mas não somente, por madeireiros e traficantes. Os Tembé são abordados como um povo autônomo, ciente de suas lutas e sendo agente transformador da realidade que lhes foi imposta.

Pudemos observar que, tanto nos trabalhos de COELHO (2009) quanto no de MOTA (2009), denominado “Terra para os Guarani e os Kaiowá: especificidades e similaridades no tocante as diversas lutas pela terra”, ambos abordam e relacionam a disputa territorial indígena às ações desenvolvimentistas do Estado como as políticas de ocupação dos “espaços vazios”

que promoveram a Marcha para o Oeste, a economia extrativista e a expansão da fronteira agrícola/colonizadora.

De modo geral, o território aparece como inerente ao modo de ser dos indígenas e às diversas formas de trabalho. MOTA (2009) atenta, ainda, para as ações usurpadoras do Estado, não apenas para com o território indígena, mas para com os conhecimentos tradicionais milenares mantidos através da ancestralidade a fim de colocar esse conhecimento à serviço do capital, através de, por exemplo, indústrias farmacêuticas.

Outro ponto central, e bastante presente nos artigos cuja área da geografia foi a geografia agrária, foi a relação da dinâmica agrária, sobretudo do agronegócio, nos impactos socioambientais nas TI's, reservas indígenas, etc. GUERRA (2007) aborda a chegada de agricultores gaúchos no Tocantins, buscando expansão de seus negócios, e o impacto que essa migração gera na dinâmica local sem, muitas das vezes, pensar medidas mitigadoras para os impactos negativos que essa gestão territorial refletirá no seu entorno.

O artigo de SILVA (2009), considera a simbologia do território como uma das influências na gestão e uso do território pelos indígenas bem como nos mecanismos de regulação social. Assim como grande parte dos autores de artigos que primaram pelo conceito de território para a dissertação de seus trabalhos, Livia buscou identificar os processos de identificação, o que é a territorialidade para a etnia trabalhada, as relações entre os processos de identificação territorial e conservação dos recursos naturais no território (de que forma a identidade daquela população influencia no manejo desses recursos), entre outras questões centrais.

Em seu trabalho, SILVA (2009) busca, através da compreensão territorial dos Pankararé, maior participação destes indígenas na construção de políticas socioambientais mais inclusivas. Esse interesse vai de encontro com o de LIRA (2011), autor do artigo "A FUNAI e a política de integração das terras indígenas à economia de mercado". Elizeu resume em seu artigo os caminhos que o Estado percorreu desde o SPI para se apropriar das terras indígenas, usando como referencial teórico, mas não somente, as leis e suas alterações ao longo da história. LIRA (2011) aborda fortemente a trajetória histórica da questão indígena, sobretudo nos governos militares, sem deixar de dialogar com a geografia, trazendo dados sobre disputas territoriais e ideológicas no campo, onde, de um lado se posiciona a visão entreguista do Estado e de outro a resistência de um modelo de sociedade à assimilação pretendida e idealizada pelo Estado.

MEFANO e ALVES (2011) trabalharam abordando a segurança alimentar no que diz respeito ao contato dos povos tradicionais e, posteriormente, a dependência destes, à alimentação industrial. Este é um ponto importante para a geografia agrária, uma vez que a alteração de práticas culturais de aquisição de alimentos e, posteriormente, insegurança alimentar, se dão pela dinâmica que ocorre nas proximidades desses povos, impactando em suas práticas culturais, seja pela forma como são geridas essas terras circunvizinhas, seja a gestão de seus recursos naturais. Essas dinâmicas interferem no modo de vida indígena, sendo responsável, em alguns casos, pela dependência dos alimentos industrializados e, por vezes, até mesmo dependente da lógica capitalista para garantir seu sustento como o caso dos Mura.

Os Mura, cujo sustento advém da produção de babaçu e seus derivados (massas e óleo), sofrem com a precariedade das ferramentas de produção da fruta e, como ressalta a autora ANDRADE (2011), a população com mais recursos econômicos, inclusive industriais, se aproveitam da precariedade da produção do babaçu para difundir em seus rótulos que seus produtos são originários de povos tradicionais.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Essa pesquisa nos mostra o quanto os trabalhos sobre as temáticas indígenas vêm crescendo da produção na geografia e ganhando, conseqüentemente, espacialidade. Evidenciamos assim, que discussões feitas em caráter interdisciplinar se tornam mais interessantes de serem trabalhadas. Por se tratar de uma pesquisa inovadora, no que tange essa temática, esse trabalho tende a expandir sua escala temporal de análise para os mesmos eventos já estudados, bem como se expandir para outros congressos, revistas especializadas e bancos de dissertações e teses. Por isso, essa linha de pesquisa do grupo GeoPovos terá continuidade em outros estudos posteriores.

Esperamos que os resultados obtidos nas duas etapas concluídas da pesquisa possam contribuir com as atividades de outros pesquisadores em busca de referências, no campo da geografia. Por outro lado, desejamos colaborar para delimitar e evidenciar essa corrente de produção sobre temáticas indígenas na geografia, bem como possibilitar que os autores se conheçam e possam realizar intercâmbios e trocas de idéias. Esse movimento se tornará cada vez mais expressivo ao passo que pudermos ampliar essa pesquisa, conforme o supracitado.



Destacamos que já esta sendo organizado um banco de dados com esse material e com os artigos que será disponibilizado para o público em geral.

Temos também a preocupação de que essa produção possa subsidiar materiais didáticos diversos que contribuam com os processos de ensino e aprendizagem da geografia, no que concerne os estudos das relações étnico-raciais que incorporem uma dimensão espacial de análise.

### Referências Bibliográficas

ALVES, J. P.; CARNEIRO, M. R. D.; SILVA, T. S. Cartografia social, identidades coletivas e direitos territoriais: construindo outros mapas, afirmando outras territorialidades. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 6., 2013. João Pessoa. Anais... João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2013

ANDRADE, J. M. B. DE.; CAVICCHIOLI, M. A. B.; SANTOS, M. da C. Apima - associação dos produtores indígenas mura de Autazes. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 5., 2011. Belém. Anais... Belém: Universidade Federal do Pará, 2011.

ARRUZZO, R.C; GUERRA, E.F. Povos Indígenas: nem pertencentes ao passado, nem parados no tempo, nem fadados a desaparecer. In: MONTEIRO, R.B. (org) Práticas pedagógicas para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena no Ensino Médio. Seropédica, UFRRJ\Evangraf, 2013. 144p.

BULCÃO, L. L. da S. Mapeamento de territórios indígenas: um problema de diversas escalas. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 6., 2013. João Pessoa. Anais... João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2013

COELHO, V. A. Formação territorial e conflitos entre territorialidades no Brasil central: o caso xavante. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 4., 2009. Niterói. Anais...Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2009.

GUERRA, E.F. Terras Indígenas e Desordenamento Territorial das terras Timbira ao Xingu. (tese de doutorado). Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense PPGeo-UFF. Niterói, 2012.

GUPTA, A.; FERGUSON, J. Mais além da cultura: espaço, identidade e política da diferença. In: ARANTES, A.A. (Org.) *O Espaço da diferença*, Campinas: Papyrus, 2000.

HAESBAERT, R. *O Mito da Desterritorialização: do “Fim dos Territórios” à Multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

\_\_\_\_\_. Identidades Territoriais. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.). *Manifestações da Cultura no Espaço*. Rio de Janeiro: Eduerj, 1999, p. 169-189.

\_\_\_\_\_. Território e Multiterritorialidade: um debate In: *GEOgrafia*– Revista da Pós-Graduação em Geografia da UFF, Rio de Janeiro, ano IX, n 17, 2007



LIMA, A. C. S.; HOFFMANN, M. B. (Org.). *Etnodesenvolvimento e políticas públicas*: bases para uma nova política indigenista. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2002.

\_\_\_\_\_. *Estado e povos indígenas*: bases para uma nova política indigenista II. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2002.

\_\_\_\_\_. *Além da tutela*: bases para uma nova política indigenista III. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2002.

OLIVEIRA, R. C. O. Movimento dos conceitos na antropologia. *Revista de antropologia*, São Paulo, v. 36, 13-31, 1993.

\_\_\_\_\_. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. *Revista de antropologia*, São Paulo, v. 39, n. 1, 13-37, 1996.

SANTOS, M. *Por uma outra Globalização*: do pensamento único à consciência universal. 7ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

\_\_\_\_\_. *A Natureza do Espaço*: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2002.

\_\_\_\_\_. *Por uma Geografia Nova*: Da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica. 6ª ed. São Paulo: Edusp, 2004.

LISBOA, I. B. C.; ASSIS, E. C. de. Etnografia da instituição responsável pela educação escolar indígena do Pará. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 5., 2011. Belém. Anais... Belém: Universidade Federal do Pará, 2011.

KNAPP, C. Educação escolar do campo e educação escolar indígena, direito à diferença: direitos diferentes. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 4., 2009. Niterói. Anais...Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2009.

SILVA, L. M. da. Os processos de identificação territorial e a(s) territorialidade(s) na sociedade indígena pankararé-BA. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 4., 2009. Niterói. Anais...Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2009.

MOTA, J. G. B. A territorialização precária guarani, kaiowa e terena na reserva indígena de Dourados/MS: ocorrências de suicídios e assassinatos. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 5., 2011. Belém. Anais... Belém: Universidade Federal do Pará, 2011.

\_\_\_\_\_. Terra para os guarani e os kaiowá: especificidades e similaridades no tocante as diversas lutas pela terra. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 4., 2009. Niterói. Anais...Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2009.

GUERRA, E. F. A terra indígena krahö e a expansão do agronegócio no estado do Tocantins. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 3., 2007. Londrina. Anais... Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2007.

LIRA, E. R. A funai e a política de integração das terras indígenas a economia de mercado. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 5., 2011. Belém. Anais... Belém: Universidade Federal do Pará, 2011.

MEFANO, I. V. de.; ALVES, S e J. de P. Cultura indígena e quilombola, educação ambiental e segurança alimentar nas escolas. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 5., 2011. Belém. Anais... Belém: Universidade Federal do Pará, 2011.

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA: Jornada Ariovaldo Umbelino de

Oliveira, 2. 2005. Presidente Prudente. Anais...Presidente Prudente: ?, 2005.

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA: Jornada Orlando

Valverde – Campesinato em movimento, 3. 2007.Londrina. Anais...Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2007.

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA: A questão (dareforma) agrária na américa latina: Balanço e perspectivas, 4. 2009. Niterói.Anais...Niterói: Universidade Federar Fluminense, 2009.

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA: Questõesagrárias na panamazônia no século XXI: usos e abusos do território, 5. 2011. Belém.Anais...Belém: Universidade Federal do Pará, 2011.

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 6. 2013. JoãoPessoa. Anais...João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2013.